

## PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO: MANIFESTAÇÃO DO ABSOLUTO E MANUTENÇÃO DA CULTURA – O CASO CATEDRAL DE SÃO SEBASTIÃO, PRESIDENTE PRUDENTE, SP

Fernando de Oliveira Amorim<sup>1</sup>

Fernando César Amaro Broliá<sup>2</sup>

### Resumo

O passado de um povo é realidade substantiva para o entendimento do seu presente e referencial para o sujeito individual e coletivo situar-se e atuar no presente onde se gesta o futuro. O patrimônio histórico, conforme pensamento de Choay, *A alegoria do patrimônio*, é uma expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade “constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos”. Dentre esta variedade de *savoir-faire*, a da Catedral de São Sebastião, na cidade de Presidente Prudente, oeste do interior paulista, é o objeto de estudo com a proposta futura de elaboração de um banco de dados (histórico, fotografias, imagens 3D).

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico; Filosofia da arte; preservação.

### Abstract

The past of one population is the substantive reality for its present's understanding and reference for individual and collective subject situate and act in the present where the future works. The historical inheritance as Choay thoughts, *A alegoria do patrimônio*, is an expression that means a property destined to enjoyment of one community “made by a continuous accumulation of a objects diversity which assemble by its common past: works and masterpieces of fine-arts and applied arts, works and products of all knowledge's and *savoir-faire* of human being”. Inside this variety of *savoir-faire*, the *São Sebastião* cathedral, in the city of Presidente Prudente, west of São Paulo's upcountry, is the study's object wish the future propose of elaboration of a word's bank (historical, photographs, 3D images).

**Keywords:** Historical inheritance; arts' philosophy; preservation.

### 1. Introdução

Compreender o passado conduz efetivamente ao entendimento do presente e é referência para o sujeito individual e coletivo situar-se e atuar no presente. Neste sentido Hobsbawm (1998, p. 7) afirma que

ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação a seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Entretanto, as imagens do passado, socialmente construídas, são estruturas imaginativas compreendidas como campo de encontros e desencontros, lutas e

---

<sup>1</sup> Licenciado em Filosofia; Especialista em Planejamento Urbano e Gestão Municipal e graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP. Tel: (18) 3221-3061. E-mail: [philol@ibest.com.br](mailto:philol@ibest.com.br)

<sup>2</sup> Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP. Tel: (14) 97246476. E-mail: [fer\\_arquiteto@hotmail.com](mailto:fer_arquiteto@hotmail.com)

enfrentamentos entre interesses, saberes e poderes. A principal contribuição deste trabalho está no desenvolvimento de uma abordagem conceitual que surge da necessidade de caracterizar a elaboração futura de um banco de dados com histórico, plantas, fotografias, imagens em plataforma CAD acerca da Catedral de São Sebastião com o intuito de resgatar e preservar sua história. Ao analisar o papel da Catedral de São Sebastião na cidade de Presidente Prudente, observa-se que os atores envolvidos no processo de conservação do patrimônio histórico conflitam-se em interesses políticos e econômicos e influenciam o processo de manutenção deste patrimônio histórico. Num primeiro momento apresentam-se considerações acerca da representação do belo no pensamento filosófico. Posteriormente, tecem-se considerações acerca da importância do patrimônio histórico no processo de manutenção da cultura. Por fim, apresenta-se sinteticamente o desenvolvimento do processo de tombamento da Catedral de São Sebastião em Presidente Prudente.

## 2. Arte e Patrimônio Histórico: manifestação do Absoluto e manutenção da cultura

Arte e patrimônio histórico relacionam-se ao manter e transmitir elementos culturais de uma sociedade. Para Schelling, em sua obra *Filosofia da arte*, a arte é manifestação do Absoluto, pois a filosofia é a fundação de tudo e a tudo abrange e somente por meio dela se alcança o que é mais alto, isto é, o universal. E a arte, no interior da própria filosofia, é uma via direta ao universal.

Ao refletir sobre as relações entre filosofia e arte é necessário resgatar alguns conceitos da filosofia clássica. Platão considera que entregue a si mesma, a arte (uma arte figurativa que reproduz passivamente a aparência das coisas - *mimese*), é falsa, pois são imitações dos eternos paradigmas das idéias. Logo, a arte para ser verdadeira deve buscar a transcendência mediante as regras da filosofia. Para Platão, o belo é independente em princípio da aparência do belo. É uma idéia, análoga às idéias de ser, de verdade e de bondade.

Já para Aristóteles, a *mimese* é a dimensão do possível, é *catarse*, pois a emoção que proporciona recupera o homem. Se para Platão a arte, enquanto cópia das idéias que o homem possui dos “universais”, ou seja, a arte enquanto cópia da cópia, é emotividade, é sintoma de distanciamento dos universais, distanciamento do mundo perfeito, isto é, o mundo das idéias, para Aristóteles, que subverte a interpretação platônica, este caráter “particular” que é sintoma do distanciamento dos universais descarrega a emotividade que a arte proporciona e, ao invés de prejudicar, recupera o homem mediante a purificação e libertação pela emoção.

Para Santo Agostinho, neoplatônico, as coisas belas o são mediante a unidade que as edificam. Conforme as palavras deste autor, *as coisas são belas porque suas partes se assemelham umas às outras e se harmonizam graças a algum nexu unificador* – Deus. Se para Platão o mundo das idéias era o universal – o *demiurgo*, para Santo Agostinho esse mundo das idéias, esse *demiurgo* é a Trindade - a causa e a finalidade de todas as coisas (SANTO AGOSTINHO apud GILSON e BOEHNER, 2000).

Na alta Escolástica, Santo Tomás de Aquino, aristotélico, afirma que *o belo é aquilo que provoca em nós uma complacência*. Em sua concepção de beleza, o elemento metafísico está harmonicamente unido ao empírico, ou seja, o objetivo com o subjetivo-psicológico. Conforme Tomás de Aquino, para que um objeto proporcione a impressão do belo é necessária a integridade. A perfeição. A plenitude. Uma proporção. Uma reta simetria. Precisa possuir claridade - certo brilho, que a sua perfeição intrínseca irradia. Se Agostinho

fala de um *splendor ordinis*, a Escolástica tomista fala de um *splendor formae*. A forma, a regularidade, a ratio (*eidos*) de uma coisa, que é a participação e reflexo das idéias universais, brilha mediante a destituição das aparências, e derrama um brilho sobre o todo harmonicamente ordenado. Conforme Grabmann, professor da Universidade de Munique, na obra *A Filosofia da Cultura de Santo Tomás de Aquino*,

a idéia do belo na formação do mundo ocupa uma posição significativa, destacando a ordem do universo, que compreende até o mais diminuto e mais detalhado e que serve a um plano uniforme, ordem que tem o seu mais profundo fundamento na Providência divina (GRABMANN, 1959, p. 115).

Realizando um salto à modernidade, Kant, em sua obra *Crítica da Faculdade do Juízo*, afirma que o belo é uma finalidade sem fim, isto é, *beleza é a forma da conformidade a fins de um objeto, na medida em que ela é percebida nele sem representação de um fim* (KANT, 2002, § 17, p. 82). Conforme Lalande, *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*, isto significa que um objeto é julgado belo quando os seus elementos estão em relação ao todo na mesma relação que as partes de um organismo em relação ao organismo no seu todo, ou os meios em relação ao fim, mas sem que se considere que esta adaptação sirva, na realidade, para algum fim, isto é, seja utilitário (LALANDE, 1999, p. 124).

Para Schelling, *Filosofia da Arte*, acredita que a Natureza (realidade total), pode ser entendida em termos da direção tomada por seu desenvolvimento constante. Conforme Bryan Magee (1999, pp. 156-7), para Schelling, a suprema criação da Natureza, os seres humanos, também são eles mesmos criativos, de todas as formas possíveis. As mais espiritualmente avançadas e significativas dessas formas são as artes criativas. Vale ressaltar que este processo criativo no homem é um processo autoconsciente, por isso difere do processo criativo da natureza. Em outras palavras, citando Magee (1999, p. 157)

no melhor de sua arte, o homem está explorando e obtendo entendimento das profundezas recônditas de seu próprio ser. Mas como o homem é uma parte integrante da Natureza, isso significa que na arte criativa a Natureza está atingindo profunda autoconsciência.

Em suma, o fenômeno em marcha da Natureza é um desenvolvimento rumo à autoconsciência. Portanto, a verdadeira razão de ser da realidade é alcançada na arte criativa. Diante disso, ainda citando Magee, pode-se afirmar que *o artista criativo é o ápice da existência, a encarnação da razão pela qual tudo o mais existe* (MAGEE, 1999, p. 157). Schelling (2001, § 17, p. 46), atesta esta proposição ao afirmar que,

no mundo ideal, a filosofia está para a arte, assim como, no mundo real, a razão está para o organismo. Pois, assim como a razão se torna imediatamente objetiva apenas pelo organismo, e as eternas Idéias racionais se tornam objetivas na natureza como almas de corpos orgânicos, assim também a filosofia se torna imediatamente objetiva pela arte, e pela arte também as Idéias da filosofia se tornam objetivas como almas das coisas reais. Precisamente por isso, a arte também se porta no mundo ideal, tal como o organismo se porta no mundo real.

Em suma, conforme Ferrater Mora (2001, p. 910), Schelling expõe a beleza enquanto identidade dos contrários no seio do Absoluto, síntese do sujeito e do objetivo.

Como Schelling, Hegel, na obra *Estética*, vê a realidade como uma unidade orgânica, uma unidade que não está numa condição estável, mas num constante processo de desenvolvimento. Tanto quanto Schelling, Hegel acredita que a meta final desse desenvolvimento é a obtenção do auto-reconhecimento e do auto-entendimento. Entretanto, ao contrário de Schelling, Hegel não identifica todo o processo com a

Natureza, pois, para ele, o que acontece é mais moral do que material. Neste contexto, Hegel afirma que a obra de um indivíduo criativo está envolvida no espírito do tempo – *Zeitgeist*, e não pode ser produzida em nenhum outro período a não ser aquele em que está imerso, pois ela está fixada no tempo, é parte do processo histórico.

Para Schopenhauer, na obra *A metafísica do belo*, o belo é reconhecimento da idéia geral no particular por um ser que conhece, não enquanto indivíduo, mas enquanto sujeito puro isento de vontade. Citando Schopenhauer (2003, p. 24),

a estética relaciona-se com a metafísica do belo como a física se relaciona com a metafísica da natureza. A estética ensina o caminho pelo qual o efeito do belo é atingido, dá regras às artes, segundo as quais elas devem criar o belo. A metafísica do belo, entretanto, investiga a essência íntima da beleza, tanto no que diz respeito ao sujeito que possui a sensação do belo quanto ao objeto que a ocasiona.

Em suma, conforme considerações de Ferrater Mora (2001), para Schopenhauer a arte é a revelação mais próxima das idéias eternas, pois o artista é, em comparação ao homem vulgar, aquele que contempla serenamente as objetivações da Vontade metafísica.

Já para Marx e Engels, na coletânea *Sobre Literatura e Arte*, a verdadeira função da arte é a crítica social. A arte deve conduzir as pessoas a entender de modo mais profundo o que há de errado com a sociedade em que vivem e com a relação que têm com essa sociedade. E isso deve fazê-las querer mudar a sociedade. Assim, estes autores vêem a arte como um instrumento revolucionário. Portanto, *arte ruim é a arte que sustenta os valores da sociedade existente e tenta aplacar ou iludir as pessoas para que aceitem tais valores* (MAGEE, 1999, p. 171).

Herbert Marcuse, em sua obra *A dimensão estética*, também afirma que a arte está envolta no contexto das relações sociais prevalentes e possui função e potencial políticos. Entretanto, contrariamente aos estetas marxistas ortodoxos, Marcuse (1981) vê a arte como possuidora de seu próprio potencial político, ou seja, o potencial político da arte na própria arte, na forma estética em si. Citando Marcuse (1981, p. 17), *a teoria marxista sucumbiu à própria reificação que expôs e combateu na sociedade como um todo*. O que o autor afirma é que a teoria marxista interpreta a subjetividade unicamente dentro de uma concepção burguesa. Não considera o indivíduo enquanto sujeito de sua história; considera-o sujeito somente enquanto parte constituinte do coletivo. Em outras palavras,

libertar a subjectividade faz parte da história, que não é idêntica à sua existência social. É a história particular dos seus encontros, paixões, alegrias e tristezas – experiências que não se baseiam necessariamente na sua situação de classe e que nem sequer são compreensíveis a partir dessa perspectiva (MARCUSE, 1981, p. 18).

Diante deste breve cenário acerca das relações entre o belo e a arte, Françoise Choay, na obra *A alegoria do patrimônio*, afirma que os monumentos históricos, símbolos da consciência criativa humana e dedicados ao Absoluto conservam

o frágil poder de fazer ressurgir o vigor matinal de uma pré-filosofia que a filosofia nunca conseguiu substituir, o encantamento de uma busca que, em nosso mundo desencantado, nem a ciência nem a reflexão crítica são capazes de propor (CHOAY, 2001, p. 249).

### 3. Arte e Cultura: Patrimônio Histórico e transmissão cultural

Conforme Maria Cecília França Lourenço, na obra *Operários da Modernidade*, pautando-se na obra *Arquitetura e Comunidade*, de Sigfried Giedion, monumento, em seu sentido latino, lembra e transmite às gerações seguintes apreensões culturais essenciais para a continuidade da existência em sociedade, isto é, o monumento deve funcionar como elo entre passado e futuro. Neste contexto, o monumento é caracterizado como espírito ou sentimento coletivo. Lourenço (1995) afirma que os monumentos autenticamente vivos são aqueles que dão expressão a esta força coletiva. Considera que o povo exige mais do que *satisfação de demandas sociais ou da vida coletiva, e expressa igualmente 'necessidade de monumentalidade, de alegria e de elevação interior* (LOURENÇO, 1995, pp. 264-5).

Conforme Françoise Choay (2001), patrimônio histórico pode ser compreendido enquanto expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se amplia e constitui-se mediante acumulação e diversidade de objetos congregados por seu passado comum. Paralelamente ao conceito apresentado por Lourenço (1995), Choay (2001) expõe que o sentido original do termo monumento, do latim *monumentum* (*monere* - advertir, lembrar), conduz àquilo que traz à lembrança alguma coisa. Constitui uma natureza efetiva e essencial, pois toca, pela emoção, uma memória viva.

Em outras palavras, o que a autora afirma é que

chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 2001, p. 17).

Em suma, a essencialidade do monumento é seu modo de atuação sobre a memória ao trabalhar e mobilizar invocando e convocando o passado que, por seu turno, constitui o processo de transmissão cultural, ao manter e preservar a identidade de uma comunidade. Outra característica marcante do monumento é a defesa contra o traumatismo da existência, pois, conforme Françoise Choay (2001, p. 18),

o monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

Diante do exposto acerca da essencialidade do monumento, pautar-se-á considerações sobre o processo de tombamento da Catedral de São Sebastião em Presidente Prudente, SP.

### 4. Catedral de São Sebastião: Patrimônio Histórico de Presidente Prudente<sup>3</sup>

Dentre os objetivos ao elaborar o banco de dados acerca da Catedral de São Sebastião, compreender o processo de seu tombamento é necessário, pois o tombamento da Catedral apresenta intenso conflito entre o interesse privado, na figura da Cúria Metropolitana e Prefeitura Municipal (que transformaram a praça ao redor da Catedral em estacionamento para veículos) e o interesse público mediante ações constantes do Ministério Público Estadual para preservar a Catedral e o entorno.

---

<sup>3</sup> Diocese de Presidente Prudente. Disponível em: [www.diocesepresidenteprudente.com.br/historia.asp](http://www.diocesepresidenteprudente.com.br/historia.asp). Acesso em: 23 de fevereiro de 2003.

A Catedral de Presidente Prudente (vide imagens 1-2) foi inaugurada em 25 de janeiro de 1942. Na ocasião Presidente Prudente pertencia à Diocese de Assis. Somente em 16 de janeiro de 1960, foi desmembrada da Diocese de Assis, constituindo assim, a Diocese de Presidente Prudente mediante a Bula Papal *Cum Venerabilis* do Papa João XXIII. O processo de tombamento da Catedral iniciou-se em 12 de abril de 1985 mediante o projeto de Lei 512/1985 na Câmara Municipal de Presidente Prudente. Entretanto, em março de 1993 o bispo diocesano Dom Agostinho Marochi pediu a revogação do tombamento. A revogação do Tombamento ocorreu mediante Lei 3.778/93 da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente nos seguintes termos:

Revoga o Decreto nº. 5.512/85 e altera o artigo 1º da lei nº. 3.190/91, que dispõe sob o Tombamento da Catedral de São Sebastião. A Câmara Municipal aprovou, e eu, Agripino de Oliveira Lima Filho, prefeito do município de Presidente Prudente, SP, no exercício de minhas atribuições sanciono e promulgo a seguinte lei: Art. 1º: Fica revogado o Decreto nº. 5.512, de 12 de abril de 1985. Presidente Prudente, Paço Municipal “Florivaldo Leal”, 18 de outubro de 1993.

Entretanto, em meados de maio de 2003, o Ministério Público Estadual instaurou Inquérito Civil para apurar a alteração feita pela prefeitura municipal e pela Mitra Diocesana, na Praça Monsenhor Sarrion. O promotor público notificou a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para prestar esclarecimentos sobre o possível tombamento feito pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de Presidente Prudente (Condephaat). Em abril de 2004, o bispo Dom José Maria Libório, sucessor de Dom Agostinho, reiterou o pedido de revogação do tombamento da Catedral alegando descuido por parte da prefeitura municipal. As discussões seguem sem acordo pacífico até o momento.

## 5. Considerações Finais

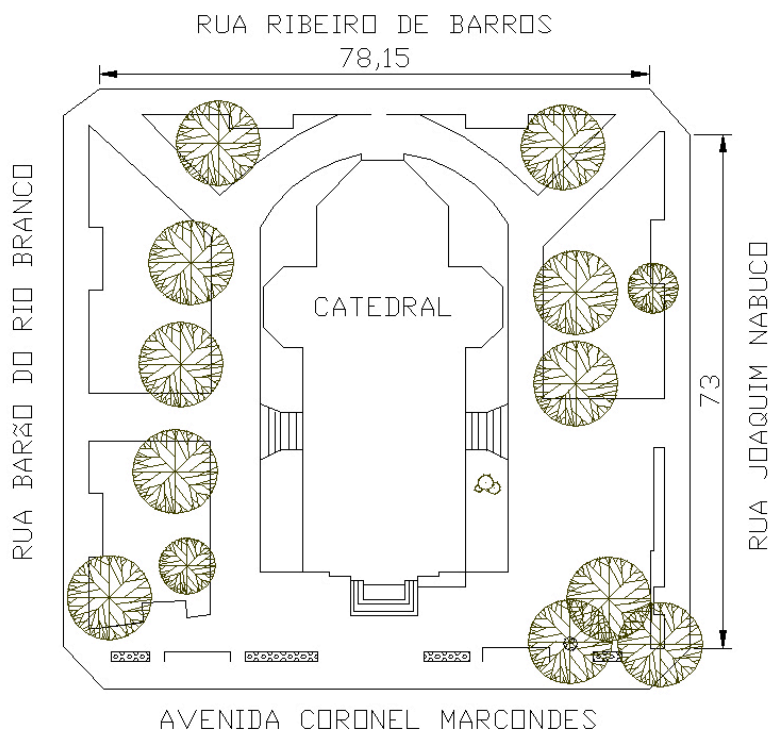
Pautando-se no contexto conflituoso entre interesse privado e interesse público, Argan (1995), alerta para o fato de que as zonas livres, os jardins, os espaços abertos à vida da comunidade são brutalmente ocupados. Para o autor, *a cidade como residência de uma comunidade desapareceu; e visto que, em toda a sua história, a arte é o produto de técnicas urbanas para a construção do ambiente da vida social, o da cidade, não surpreende que ao fim da cidade se siga o fim da arte* (ARGAN, 1995, p. 59).

A importância do patrimônio histórico em transmitir conhecimentos e experiências para as futuras gerações não deve ser vítima de especulações imobiliárias e interesses puramente econômicos, pois como afirma Argan (1998, p. 227),

não se planeja para o futuro pensando em predispor alguma coisa que será feita por quem virá depois de nós; planeja-se para o futuro porque, do contrário, não se pode agir tendo consciência do presente, isto é, tendo consciência de que o presente não é mais do que o momento, sempre móvel, que separa o futuro do passado, o plano através do qual a perspectiva do futuro corre, desaguando na do passado.

Portanto, conforme as considerações de Argan (1998, p. 228), pode-se afirmar que o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade. *E é preciso prescindir, portanto, do que parece óbvio e ver como ocorre, em todos os níveis culturais, a atribuição de valor aos dados visuais da cidade.*

## 6. Fotos 1-2: Catedral de São Sebastião: Vista Aérea e planta baixa



Fonte: GEPU – Grupo de Estudos de Paisagem Urbana, 2005.

## 7. Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte e crítica de arte*. 2 ed. Tradução: Helena Gubernatis. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

\_\_\_\_\_. *História da arte como história da cidade*. 4 ed. Tradução: Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (a).

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco; Poética e Metafísica*. Tradução: Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultura, 1973. (Os Pensadores – IV).

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.
- FERRATER MORA, José. *Dicionário de Filosofia*. Tradução: Maria Stela Gonçalves [et al]. São Paulo: Loyola, 2001. (Tomo II, E-J).
- GILSON, Etienne; BOEHNER, Philotheus. *História da Filosofia Cristã*. Desde as origens até Nicolau de Cusa. Tradução: Raimundo Vier, O.F.M.. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GRABMANN, Martinho. *A Filosofia da Cultura de Santo Tomás de Aquino*. Tradução: Luís Leal Ferreira. Petrópolis: Vozes, 1959. (Biblioteca de Cultura Católica – X).
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Estética: a idéia e o ideal. Estética: o belo artístico ou o ideal*. Tradução: Orlando Vitorino. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores - XXX).
- HOBBSAWM, Eric J. *Sobre História*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. São Paulo: Forense Universitária, 2002.
- LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia*. 3 ed. Tradução: Fátima Sá Correia [et al]. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. *Operários da modernidade*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1995. (Estudos Urbanos – Série Arte e Vida Urbana).
- MAGEE, Bryan. *História da Filosofia*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARCUSE, Herbert. *A dimensão estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1981. (Arte e Comunicação).
- MARX; ENGELS. *Sobre Literatura e Arte*. Tradução: Olinto Beckerman. 2 ed. São Paulo: Global, 1980.
- PLATÃO. *Diálogos: O Banquete, Fédon, Sofista, Político*. Tradução: José Cavalcante de Souza (O Banquete); Jorge Paleikat e João Cruz Costa (Fédon, Sofista, Político). São Paulo: Abril Cultural, 1972 (Os Pensadores, III).
- \_\_\_\_\_. *Diálogos: Hípias Maior*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Pará: Universidade Federal do Pará, 1980.
- SHELLING, F. W. J. *Filosofia da Arte*. Tradução, introdução e notas: Márcio Suzuki. São Paulo: EDUSP, 2001. (Clássicos; 23).
- SCHOPENHAUER, Arthur. *Metafísica do Belo*. Tradução: Jair Barbosa. São Paulo: Editora UNESP, 2003.